

Foi considerado que a funcionária cumpriu o estabelecido nos n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

19 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Luís Alberto Nascimento Fernandes*.

Curriculum vitae

I — Dados biográficos

Nome — Valentina Maria Azinheira Matoso.
Data de nascimento — 31 de Dezembro de 1956.
Nacionalidade — portuguesa.

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas.

III — Formação profissional complementar

Seminário de alta direcção — Instituto Nacional de Administração.
Seminário da reforma da justiça administrativa — Associação de Gestores das Universidades Portuguesas.
Seminário POC — Educação — Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.
Curso «Formação inicial para técnicos superiores de 2.ª classe estagiários» — Ministério da Educação.
Curso «Planeamento na Administração Pública» — Ministério da Educação.
Curso «Contabilidade de gestão» — INA — Instituto Nacional de Administração.
Curso «Enfrentar os desafios da reforma da contabilidade pública» — E & C Projectos Educativos e Culturais, S. A.
Curso «Windows» — Ministério da Educação.
Curso «A nova dimensão dos serviços públicos» — Ministério da Educação.
Curso «Regime jurídico das empreitadas de obras públicas» — Ministério da Educação.

IV — Percorso profissional

De 1 de Dezembro de 1987 a 20 de Novembro de 1989 — bolseira no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.
De 21 de Novembro de 1989 a 15 de Abril de 1990 — contratada além do quadro daquele Laboratório, como estagiária da carreira técnica, tendo passado a estagiária da carreira técnica superior em 1 de Março de 1990.
De 16 de Abril de 1990 a 1 de Setembro de 1991 — estagiária da carreira técnica superior na Divisão de Pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
2 de Setembro de 1991 — nomeada técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do Ministério da Educação.
4 de Agosto de 1995 — nomeada chefe de divisão, por despacho da Ministra da Educação.
17 de Maio de 1996 — nomeada técnica superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do Ministério da Educação.
1 de Janeiro de 1997 — nomeada directora de serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa, funções que exerce até à presente data.

V — Outras actividades

Formadora nas áreas de gestão orçamental pública:

Contabilidade de gestão;
Contabilidade analítica e de exploração;
Contabilidade orçamental pública;
Aprovisionamento e património;
Introdução à função administrativa.

Membro da comissão verificadora de contas da Editorial do Ministério da Educação, nomeada pelo despacho n.º 154/SERE/93, do Secretário de Estado dos Recursos Educativos, de 27 de Outubro.
Membro do grupo de trabalho inserido no Plano Sectorial de Educação.
Nomeada para a Missão de Cooperação com a República de São Tomé e Príncipe no âmbito do projecto «Organização e montagem dos serviços do Ministério da Educação, Juventude e Desportos».

Faculdade de Ciências

Despacho n.º 1383/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 22 de Dezembro de 2005, proferido por delegação, conforme *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 25 de Junho de 2002:

Mestre Filipe João Boavida de Miranda Machado Araújo, assistente, com dedicação exclusiva, além quando de pessoal docente da Facul-

dade de Ciências da Universidade de Lisboa — autorizada a rescisão do contrato com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Guimarães*.

Faculdade de Letras

Despacho (extracto) n.º 1384/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 28 de Dezembro de 2005, proferido por delegação do reitor:

Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, professora associada com agregação — nomeada, precedendo concurso, professora catedrática, com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Álvaro Pina*.

Rectificação n.º 65/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 11 650/2005 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de Dezembro de 2005, rectifica-se que onde se lê:

«ANEXO I

Prova de conhecimentos gerais

A prova incidirá sobre matérias constantes do despacho n.º 13 381/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa;
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio — princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal na Administração Pública;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro — estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio — regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública;
Despacho Normativo n.º 144/92, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 189, de 18 de Agosto de 1992 — Estatutos da Universidade de Lisboa;
Despacho n.º 10 139-A/2003, publicado no suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Maio de 2003 — Estatutos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Bibliografia/textos de suporte:

Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública (http://www.dgap.gov.pt/Oabert/dgapmf_site.htm.)»

deve ler-se:

«ANEXO I

Prova de conhecimentos gerais

A prova incidirá sobre matérias constantes do despacho n.º 13 381/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa;
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio — princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal na Administração Pública;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro — estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;